

Apresentação

Estudos da infância: outra abordagem para a pesquisa em educação

Fernanda Müller

Universidade de Brasília

Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento

Universidade de São Paulo

Os estudos da infância

Na década de 1990 foram consolidados novos campos de estudo da infância, além da psicologia e da própria educação, que proporcionaram outra interpretação sobre as relações sociais estabelecidas entre adultos e crianças e/ou entre os grupos de pares infantis, e que modificaram o entendimento dos processos pelos quais as crianças se apropriam dos mundos sociais nos quais vivem.

Do ponto de vista da antropologia, embora Cohn (2005) reconheça que estudar crianças ainda é um desafio, visto que nem sempre elas são reconhecidas como sujeitos legítimos de estudo, há quarenta anos a antropóloga Charlotte Hardman (1973) afirmava que crianças manifestam um conjunto de crenças sociais, valores e interação social que é próprio delas. Neste caso, poderíamos entendê-las ao observá-las e escutá-las, e nos valer de vários métodos para interpretar suas manifestações. Essa autora (1973, p. 516) apresentava o desenvolvimento de uma antropologia das crianças ao perceber:

1. A elaboração de um sistema semântico que depende não somente da oralidade, mas do ambiente biofísico;
2. A construção de noções analíticas relacionadas ao pensamento mágico, à ordenação, à metonímia, compilada nas obras de Lévi-Strauss, Piaget, Vygotsky ou Saussure;
3. A análise das falas das crianças;
4. O estudo das tradições orais, jogos e brincadeiras e os valores a eles subjacentes, e
5. A análise dos desenhos das crianças.

Nos anos 1980, a nova sociologia da infância emergiu com críticas às noções tradicionais de socialização, contra os paradigmas dominantes que associavam

a infância a um período de imaturidade biológica. Trabalhos sociológicos dessa década (Corsaro, 1979; Jenks, 1982; Qvortrup, 1987; Alanen, 1988) constituíram a emergência do campo, sobretudo ao posicionar a infância como um componente estrutural das sociedades – as crianças crescem, mas a infância permanece como categoria social. Já nos anos 1990, um novo paradigma da infância, introduzido por Prout e James (1999), defenderia que crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, da vida de todos ao seu redor, na sociedade em que elas vivem. Esta nova concepção de criança superou as visões tradicionais de socialização, que associavam a criança à passividade e à dependência.

A redefinição da infância, assim como a ideia de que crianças têm direito de ser estudadas em seu próprio mérito (Prout; James, 1999), motivou o crescimento e o desenvolvimento desta área de estudos, sobretudo na elaboração de metodologias que passaram a considerar as crianças como coparticipantes/informantes principais de pesquisas conduzidas com elas. Igualmente, outras áreas de pesquisa associaram-se a esta sociologia da infância em desenvolvimento, dentre elas a psicologia, a geografia, a educação, o direito, a antropologia, a história, o que motivou o reconhecimento de uma área acadêmica mais abrangente nas ciências humanas e sociais, que chamamos de estudos da infância.

Allison James e Adrian James (2008, p. 25) explicam que os estudos da infância podem ser compreendidos como o estudo interdisciplinar do período inicial da vida, reconhecido legalmente e definido socialmente como infância. James e James (2008, p. 26) argumentam ainda que os estudos da infância tratam-na como um fenômeno social complexo, que não pode depender de uma única perspectiva epistemológica ou disciplinar, mas de uma abordagem multi e interdisciplinar de pesquisa.

No Brasil, Rosemberg (1976, p. 1470) já apontava, na década de 1970, a necessidade de estudos interdisciplinares sobre a infância, na contracorrente da tradição de pesquisa na psicologia: “enquanto a psicologia não fizer apelo à antropologia, continuaremos apenas a ensinar crianças”. Passados mais de trinta anos, parece ainda difícil, sobretudo no Brasil, empreender este exercício interdisciplinar no estudo da infância, que permanece como um objeto de estudo fragmentado em disciplinas.

Por outro lado, identificamos que, na contracorrente, os estudos desenvolvidos na área de educação têm dado atenção à infância e às manifestações coletivas das crianças a partir de um referencial que se conecta teórica e metodologicamente a outras áreas. Rocha (1999) mostra que os trabalhos sobre a infância produzidos no campo da educação buscam um diálogo com as demais áreas das ciências sociais, o que é evidenciado pelo uso de metodologias e pressupostos teóricos comuns.

A autora (1999, p. 48) encontrou conceitos de infância voltados “à diferença e à influência de contextos específicos na construção da diversidade, como afirmação positiva e contrária ao estabelecimento de padrões de normalidade”, indicando tanto a negação do conceito de infância como categoria homogênea quanto a necessidade de consideração das vozes das crianças nas pesquisas. Destaque-se que, nos anos 1990, no campo da psicologia, foi realizada leitura diferenciada das teorias do desenvolvimento infantil, com destaque para os processos interativo e cultural (Jobim e Souza, 1996); e, no campo da educação, foi delineada uma pedagogia pautada pelo reconhecimento da agência da criança, com base no projeto pedagógico desenvolvido no norte da Itália.

Em artigo publicado em 2010, Silva, Luz e Faria Filho (2010) informam-nos que há 322 grupos de pesquisa que investigam a temática “infância, criança e educação infantil” no Brasil, dos quais 182 em educação, 105 em psicologia, 13 em sociologia, 11 em história, 8 em antropologia, 2 em filosofia e 1 em teologia. Afirmam os autores (2010, p. 88) que “nas ciências políticas, na geografia e na arqueologia, não foi localizado um único grupo de pesquisa sobre essas temáticas”. A investigação reforça a predominância dos estudos da infância no campo da educação, ainda que diferentes campos busquem estudá-la.

No mesmo 2010, foi publicado um estado da arte da sociologia da infância em diferentes países, em edição especial do periódico *Current Sociology*. Sobre o Brasil, Castro; Kosminsky (2010) apresentam um texto sobre os estudos da infância a partir de uma análise da contribuição das ciências sociais para a visibilidade da infância, título do artigo. As pesquisadoras referem: 1. O estudo pioneiro de Florestan Fernandes sobre as culturas infantis, publicado em 1961; 2. As décadas de 1960 e 1980, quando as pesquisas focalizavam as crianças do ponto de vista da estrutura da desigualdade social – sobre o menor, ou seja, crianças pobres, em situação de risco ou nos limites da marginalidade, ou sobre o aluno, em pesquisas sobre e na escola e “em ambos os casos as crianças não eram vistas como sujeitos, mas objetos de proteção, cuidado e controle, vitimizadas ou não pelas circunstâncias” (p. 213, tradução nossa); e 3. As décadas de 1990 e 2000, quando a pesquisa sobre a infância foi desenvolvida a partir da concepção de criança como sujeito de direitos, sustentada pela legislação (Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990), pela presença de Organizações Internacionais (Unesco, Unicef, OIT) e organizações não governamentais internacionais.

Já o estudo de Nascimento (2013) teve como objetivo mapear os grupos de pesquisa brasileiros que trabalham com a sociologia da infância, identificando os conceitos da área mais utilizados por cada um deles para delinear a extensão da pesquisa nesse campo. A pesquisa verificou que a sociologia da infância vem sendo utilizada por pesquisadores de diferentes maneiras, ora sendo tomada

como referencial teórico, ora como campo de interlocução. Também esse estudo identificou a predominância do campo da educação, mais especificamente da educação infantil. Dos 23 grupos pesquisados, 16 estão situados na área da educação; 4 grupos, na psicologia; e 3, na sociologia. Dentre os 16 que estão na educação, 6 utilizam “educação infantil” como parte do nome do grupo e 11 trabalham com pesquisa na educação infantil como área predominante. Todos os que se encontram na psicologia também o fazem. Nascimento (2013, p.118) afirma que:

Com configurações estáveis e em constante produção teórica, é possível considerar que metade dos grupos hoje existentes, que tratam da sociologia da infância em seus estudos e produções, foram se apropriando de questões do campo e o incorporando em suas reflexões sobre a primeira etapa da educação básica, a educação infantil. Pode-se afirmar, portanto, que a relação entre sociologia da infância e educação infantil no Brasil foi estabelecida na própria origem dos estudos nacionais da temática.

Ainda em relação à pesquisa, se é possível reconhecer que os conceitos desenvolvidos pela sociologia da infância vieram a contribuir para o fortalecimento dos estudos da pequena infância, a partir de uma nova interpretação dela, pode-se perguntar o que significa para a sociologia da infância estar presente particularmente no campo da educação. Nessa aproximação, preponderam os estudos desenvolvidos na perspectiva da agência, do cotidiano das crianças pequenas e do método etnográfico.

De forma geral, podemos constatar que, no desenvolvimento dos estudos da infância, tanto no Brasil como em outros países, alguns pontos-chave se consolidaram, tais como: a infância como construção social, o reconhecimento da agência das crianças e a atenção a suas vozes, que referimos a seguir:

1. A infância é uma construção social: se biologicamente a criança foi considerada incompleta e a infância, um estágio de imaturidade física e emocional, nas ciências sociais a infância é uma categoria social, assim como a idade adulta e a velhice, por exemplo. De acordo com Qvortrup (2002, p. 48, tradução nossa), “um conceito estrutural [...] visa caracterizar a infância como parte de uma dada arquitetura social”. Há, porém, de se considerar que todos os seres humanos são biológica e socialmente incompletos, circunscritos, assim não fazendo mais sentido pensar em campos sociais e biológicos separados e opostos. As oposições criadas na modernidade entre a infância e a idade adulta, direcionando a última a um patamar superior, cada vez ficam mais enfraquecidas, quando se assume que todos somos seres humanos em formação. Para Prout (2005), a infância deve ser vista como parte da cultura e da natureza, sendo um campo híbrido de investigação. Mais do

que isso, a infância seria:

[...] cultural, biológica, social, individual, histórica, tecnológica, espacial, material, discursiva... e mais. A infância não pode ser vista como um fenômeno unitário, mas um conjunto múltiplo de construções emergentes da conexão e desconexão, fusão e separação destes materiais heterogêneos. (Prout, 2005, p. 144, tradução nossa)

2. A agência das crianças: algumas questões conceituais sobre a agência das crianças foram expostas por Mayall (2002). Essa autora assume que crianças são atores sociais, já que demonstram apego, expressam desejos, fazem parte das relações de família. Alerta, contudo, que o estudo das crianças na sociologia exige que elas sejam consideradas agentes. Assim, para a autora (2002, p. 21, tradução nossa):

Um ator social faz alguma coisa, talvez algo motivado por um desejo subjetivo. O termo agente sugere outra dimensão: negociação com outros, com o efeito de que a interação gera impactos – para um relacionamento ou uma decisão, para o funcionamento de um conjunto de restrições ou pressupostos sociais.

Bluebond-Langner e Korbin (2007), a partir do campo antropológico, reconhecem a agência coletiva e individual das crianças em um conjunto de situações sociais. Apontam, todavia, para algumas pendências teóricas sobre o nível, o impacto e a natureza desta agência. Essas autoras afirmam ainda que a coexistência de agência e vulnerabilidade influencia a forma como conduzimos pesquisas com crianças e afeta nossa responsabilidade ética nas pesquisas e para o futuro das crianças.

3. Vozes das crianças: a tendência do estudo do presente das crianças, e de suas vozes, pode ser encontrada em algumas publicações recentes (Delgado; Müller, 2005; Cruz, 2006, 2008; Faria, 2007, 2008; Gouvêa; Sarmiento, 2008), nas quais as crianças têm sido pesquisadas nas interações e brincadeiras que estabelecem nas creches, pré-escolas e escolas, nos grupos que frequentam e em suas rotinas. O foco das investigações tem sido principalmente as falas e ações entre as crianças e o que há de novo e interessante nessa perspectiva é a participação das crianças na pesquisa. O desenvolvimento de pesquisas com crianças, e não somente sobre elas, além de requisitar novos aportes metodológicos, permite diferentes caracterizações de grupos de crianças e a discussão de relações de classe, gênero, etnia e idade presentes em suas vidas. Nesse sentido, parecem ser criadas novas:

Dificuldades para aqueles que pretendem realizar estudos sobre a criança e infância, que se complexificam na medida em que temos que produzir formas de entender e de escutar o que as crianças dizem. Por vezes o cardápio de sentidos de que dispomos é insuficiente para compreender estas falas. A criança é portadora da diferença, da diversidade e da alteridade. (Abramowicz; Oliveira, 2010, p. 44)

Os estudos da infância e o campo da educação

De acordo com Honig (2009, p. 73), “o que distingue os estudos sociais da infância e todas as outras formas de conhecimento relacionadas com as crianças é a perspectiva sobre a constituição de seu objeto, com a qual ela aborda as crianças e a infância”. Os artigos aqui apresentados diferenciam-se ao responder e problematizar seus objetos de estudo, ao mesmo tempo em que se aproximam ao se disporem a entender a infância a partir de referenciais dos estudos da infância. Em outras palavras, os textos abdicam da naturalização da infância, perpetrada ao longo de anos de explicações lineares e etapistas, para conceber o seu objeto e sua abordagem de maneira mais abstrata e complexa. (Honig, 2009; Abramowicz; Oliveira, 2010)

Por outro lado, considerando que a maior parte dos estudos sobre a infância em contextos sociais coletivos, dentre eles o da Educação Infantil, tem sido realizada na área de educação, no Brasil, pode-se pensar em algumas convergências entre os estudos da infância e suas implicações para o campo da educação da criança pequena. Nessa linha, se tomamos Sgritta (1987), torna-se possível localizar a institucionalização da infância como o momento que sinaliza a entrada da criança no universo simbólico de regras e disciplinas identificadas com lógicas e práticas do conhecimento técnico-científico. Sarmento (2002, 2004) avança ao posicionar a reinstitucionalização da infância como um dos fatores modernos da institucionalização da infância – sobretudo a universalização da escola de massas e o predomínio da organização nuclear da família.

A investigação da infância através das instituições sociais, tais como a família e a escola, faz parte da agenda dos estudos da infância, mesmo que, como destaca o artigo de Qvortrup (1987, p. 14), sejam instituições que tornam visíveis/invisíveis a infância moderna. Esse é um campo onde podem ser investigadas questões relacionadas às dicotomias público-privado, natureza-cultura (Prout, 2005), proteção-participação.

Consideramos também que é por meio da família e da escola que um conjunto de espaços e rotinas da infância pode ser investigado, assim como os lugares para as crianças e das crianças (Rasmussen, 2004). Destaque-se que investigações

da infância enquanto categoria geracional, das práticas sociais e das relações de poder estabelecidas intra e intergeracionalmente, também têm lugar nessas instituições.

Uma segunda implicação dos estudos da infância para a educação refere o fortalecimento de linhas de pesquisa sobre a pequena infância, uma vez que essa é uma agenda que, se ainda pouco desenvolvida, envolve compromisso político. Ainda que avanços tenham sido feitos no campo das metodologias de pesquisa com crianças, observa-se que a aproximação do pesquisador às crianças que ainda não falam, que ainda não andam ou que ainda não se manifestam por meio dos mesmos códigos de comunicação dos adultos tem sido problemática, como reflete a pouca produção nessa área. A leitura do artigo de Tebet; Abramovicz (p. 30) pode apontar caminhos para esses estudos; mas, mais do que isso, indica possibilidades de outras investigações. Um número maior de investigações, com referencial teórico-metodológico mais apurado, parece ser um caminho para a consolidação de novos estudos.

Do ponto de vista das políticas públicas, reconhecemos um terceiro aspecto dos estudos da infância para o campo da educação, qual seja:

Não é possível afirmar que a SI [sociologia da infância] tem tido um forte impacto na elaboração de políticas públicas, ainda que alguns grupos afirmem suas relações com o poder público ou sua atuação em instâncias que defendem os direitos das crianças. Se por um lado a atuação e militância são apresentadas como fatores importantes para a educação infantil, isso não garante que o paradigma da SI [sociologia da infância] (James; Prout, 1990) alcance projeção significativa, exceto na referência aos métodos etnográficos como particularmente úteis para o estudo da infância. (Nascimento, 2013, p. 130)

Os artigos que compõem o dossiê

Apresentados brevemente os pontos-chave, e alguns dos desafios deles decorrentes, buscamos compor um dossiê que apresentasse pesquisas nacionais e internacionais discutindo diferentes aspectos do campo dos estudos da infância. Consideramos, para a publicação, artigos que revisitassem questões ou apresentassem pontos de vista que, ao mesmo tempo em que informassem sobre o campo, pudessem estabelecer novas questões pertinentes à consolidação dos estudos da infância no Brasil.

O texto de Jens Qvortrup (2002), *Visibilidades das Crianças e da Infância*, convida-nos a rever os conceitos de criança, crianças e infância e retomar sua visibilidade,

obtida historicamente por meio das ciências que dela se ocuparam. Ao mesmo tempo em que analisa a perspectiva arièsiana de constituição da infância moderna, e o paradoxo posto de que as crianças eram muito mais visíveis socialmente quando a infância moderna ainda não havia sido inventada, argumenta sobre a responsabilidade pública ou privada sobre as crianças, desencadeando reflexão sobre a dicotomia proteção/participação. A partir de crítica à concepção de criança, considerada isoladamente, o sociólogo põe em cheque sua necessidade de proteção, bem como o papel dos pais como seus principais responsáveis, mesmo frente ao surgimento do estado de bem-estar em alguns países, no século XX, e o enfraquecimento da responsabilidade pública para com as crianças e a infância. Trata-se de texto polêmico e desafiador, como costumam ser os artigos desse pesquisador, sobretudo ao assumir a ambiguidade da visibilidade – se, por um lado, são criados espaços específicos para a infância moderna (escola, educação infantil, espaços de recreação, entre outros), por outro, as crianças cada vez se distanciam mais da vida pública.

Principalmente no Brasil, a temática bebês/crianças/sociologia da infância tem ganhado fôlego, provavelmente pela relação de proximidade entre a sociologia da infância e a educação infantil, como referido no segmento anterior. O artigo de Gabriela Tebet e Anete Abramowicz, *O bebê interroga a sociologia da infância*, apresenta um exercício analítico complexo, que confronta a genealogia proposta por Foucault com o campo da sociologia da infância. Além disso, sugere linhas para que bebês sejam concebidos de forma singular nos estudos da infância, o que demanda reconhecer tanto a especificidade dos bebês na tessitura social como as limitações de uma área de estudo sobre eles.

Raquel Gonçalves Salgado, em *Infância, gerações e temporalidades: experiências de crianças e professoras em diálogo*, explora conceitos bastante caros aos estudos da infância, quais sejam o de geração e o de experiência. A partir de uma pesquisa empírica realizada no âmbito da brinquedoteca da Universidade Federal de Mato Grosso, a autora compara e contrasta analiticamente diálogos sobre experiências de infância de sujeitos pertencentes a diferentes gerações: professoras de educação infantil e crianças de cinco e seis anos. Esse estudo permite-nos visualizar experiências diversas e múltiplas e sobretudo a infância contemporânea conectada aos processos de globalização, o que nem sempre é fácil de ser compreendido pela geração mais velha. O artigo convida-nos a pensar, sem dúvida, que a compreensão das experiências e modos de vida das crianças, intrageracionalmente, é absolutamente necessária para viabilizar uma agenda política voltada a elas.

Os conceitos interconectados de agência e estrutura merecem atenção teórica. Phillip Mizen e Yaw Ofusu-Kusi, em *Agência como vulnerabilidade: explicando a ida*

das crianças para as ruas de Acra, apresentam insights interessantes. Os autores reconhecem que o conceito de agência tem sido amplamente utilizado, mas pouco analisado. E é justamente a pesquisa empírica realizada nas ruas de Acra, Gana, com crianças trabalhadoras e de rua, que motivará um resultado inovador: os autores associam vulnerabilidade ao alicerce da agência humana. Essa capacidade de ação é reconhecida quando crianças deixam suas casas a partir de uma escolha individual. O artigo apresenta-se especialmente interessante porque rompe com a ideia intuitivamente construída que posiciona vulnerabilidade como resultado dos constrangimentos sociais, relacionados à estrutura. Assim, o artigo provê algumas pistas para pensarmos na pergunta já posta por Bluebond-Langner e Korbin (2007, p. 243, tradução nossa):

Quando nos distanciamos de uma visão de crianças como recipientes passivos da ação e atribuímos agência e competência a elas, ou mesmo quando destacamos a agência e nos distanciamos da visão de crianças como seres em desenvolvimento carentes de proteção, o que ocorre com a vulnerabilidade?

Manuela Ferreira e Ângela Nunes, em *Estudos da Infância, Antropologia e Etnografia: potencialidades, limites e desafios*, apresentam um trabalho primoroso de inventariado no campo da antropologia, associado à consolidação dos estudos da infância e sobretudo à defesa pelo uso da etnografia nos estudos conduzidos com crianças. O texto considera um conjunto de referências antropológicas no estudo da infância, incluindo a clássica escola de cultura e personalidade, mas mais do que isso propõe-se a analisar criticamente o emprego de metodologias e métodos que talvez venham sendo tomados como dados na pesquisa com crianças, mas que devem ser discutidos e analisados. As autoras trazem ainda contribuição para um aprofundamento da reflexão sobre o segundo e o terceiro pontos-chave destacados anteriormente, a saber: a agência das crianças e suas vozes, respectivamente.

No artigo *Perspectivas de crianças acolhidas institucional sobre suas famílias de origem*, Fernanda Müller inspira-se na etnografia para mapear trajetórias de abrigo de seis crianças, três duplas de irmãos, que mantêm vínculos com suas famílias. Essa permanência prolongada no campo motivará a elaboração de procedimentos metodológicos que visam sobretudo à escuta atenta às crianças. O texto explora a relação entre essa escuta no campo da pesquisa e suas potencialidades no campo da elaboração de políticas integradas para a infância e a família, o que remete à “necessidade da pesquisa da infância em desenvolver e praticar métodos novos e ‘orientados à criança’ a fim de incentivar as crianças a apresentarem suas próprias imagens e representações de suas vidas” (Corsaro,

2011, p. 68). Ainda que com abordagem e análise distintas, o artigo que se segue evoca a mesma citação.

Os desenhos das crianças como linguagem e expressão são o objeto do texto de Marcia Aparecida Gobbi, *Mundos na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil*. O texto apresenta os desenhos das crianças em sua relação com os estudos da infância, focalizando o desenho numa perspectiva multidisciplinar, na qual os campos da sociologia e antropologia dialogam com estudos da educação em abordagens historiográficas. A autora revisita desenhos de mais de dez anos e, de modo objetivo e ao mesmo tempo instigante, propõe um novo modo de ver o desenho infantil, como registro histórico e como documento historiográfico. Ao mesmo tempo em que reconhece questões de ordem estética, desafia-nos a lapidar o olhar para o desenho infantil, compreendido como manifestação própria da infância.

Para finalizar, cabe retomar os propósitos da organização desse dossiê: o compromisso com as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas em universidades públicas e o esforço em consolidar no Brasil o campo dos estudos da infância. A seleção e a organização dos artigos que compõem este volume certamente dão conta desses propósitos. Fica o convite à sua leitura.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. Santa Maria: *Educação*, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010.
- ALANEN, Leena. Rethinking childhood. *Acta Sociologica*, v. 31, n. 1, p. 53-67. Sage Publications Ltd., 1988.
- BLUEBOND-LANGNER, Myra; KORBIN, Jill. Challenges and Opportunities in the Anthropology of Childhoods: an Introduction to Children, Childhoods, and Childhood Studies. *American Anthropologist*, v. 109, n. 2, p. 241-246, jun. 2007.
- CASTRO, Lucia Rabello; KOSMINSKY, Ethel V. Childhood and its Regimes os Visibility in Brazil: an Analysis of the Contribution of the Social Sciences. *Current Sociology*, v. 58, n. 2, p. 206-231, mar. 2010.
- COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CORSARO, William Arnold. Young children's conception of status and role. *Sociology of Education*, v. 52, n. 1, p. 46-59, jan. 1979.
- CORSARO, William Arnold. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CRUZ, Silvia Helena Vieira. A qualidade na Educação Infantil, na fala das crianças. In SOUZA NETO, João Clemente de; NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso.

- (Orgs.) *Infância: violência, instituições e políticas públicas*. São Paulo: Expressão e Arte, 2006. p. 73-101.
- CRUZ, Silvia Helena Vieira. *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CURRENT *Sociology. Journal of the International Sociological Association – ISA*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore and Washington DC, Sage, v. 58, n. 2, mar. 2010.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 35, n. 125, p. 161-179, 2005.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de; MELLO, Suely (Orgs.) *Territórios da Infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de. *O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes*. São Paulo: Cortez, 2007.
- GOUVEA, Maria Cristina; SARMENTO, Manuel Jacinto. *Estudos da Infância*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HARDMAN, Charlotte. Can there be an Anthropology of Children? *Childhood*. v. 8 (4): 501 SAGE – nov. 1, 2001. Originalmente publicado em *Journal of the Anthropological Society of Oxford*. v. IV, n. 2, p. 85-99, 1973.
- HONIG, Michael-Sebastian. How is the Child constituted in Childhood studies? In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William; HONIG, Michael-Sebastian. *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Palgrave Macmillan, 2009. p. 62-77.
- JAMES, Allison; JAMES, Adrian. *Key concepts in childhood studies*. London: Sage, 2008.
- JENKS, Chris. (Ed) *The sociology of childhood: Essential Readings*. London: Batsford, 1982.
- JOBIM E SOUZA, Solange. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) *Infância: Fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 39-55.
- MAYALL, Berry. *Towards a sociology for childhood: thinking from children's lives*. Maidenhead: Open University Press, 2002.
- NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. *Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz*. Relatório Científico. São Paulo: Feusp/CNPq, 2013.
- PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. *Constructing and reconstructing childhood*. London: Falmer Press, 2. ed., p. 7-33, 1999.
- PROUT, Alan. *The future of childhood*. New York/London: RoutledgeFalmer, 2005.
- QVORTRUP, Jens. Introduction to Sociology of Childhood. *International Journal of*

Sociology, v. 17, n. 3, p. 3-37, special issue: The Sociology of Childhood, outono, 1987.

QVORTRUP, Jens. Sociology of Childhood: Conceptual Liberation of Children. In: MOURITSEN, Fleming; QVORTRUP, Jens. (Eds.) *Childhood and Children's Culture*. Odense: Odense University Press, 2002. p. 43-78.

RASMUSSEN, Kim. Places for Children – Children's Places. *Childhood*, v. 11, n. 2, p. 155-173, maio 2004.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Campinas: Unicamp, 1999. 262 f. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 12, n. 28, p. 1467-1470, dez. 1976.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 265-283, abr. 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.) *Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Edições ASA, 2004. p. 9-34.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e Educação Infantil no Brasil: primeiras aproximações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 43, p. 84-97, jan./abr. 2010.

SGRITTA, Giovanni B. Childhood, normalization and project. *International Journal of Sociology*, v. 17, n. 3, p. 38-57, special issue: 'The Sociology of Childhood', outono 1987.

Fernanda Müller é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. É líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância (GIPI). E-mail: fernandamuller@unb.br.

Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, professora da Faculdade de Educação da USP, e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI). E-mail: letician@usp.br.
